

Hoje, 17h, tem Sind-Hour "O Palco É DELAS", no STU!

O *Sind-Hour do STU* vai homenagear todas as mulheres de luta da Unicamp, no mês dedicado às mulheres, hoje, a partir das 17h com uma apresentação especial.

Para comemorar essa data vamos receber no palco do sindicato, Vivien Ruiz acompanhada de Elaine Siqueira (Voz e violão) e Marli Armelin.

VIVIEN RUIZ - Entrou na Unicamp nos anos 80. Participou ativamente na transformação da Assuc em STU, sendo uma das mais atuantes diretoras e militantes do movimento sindical da Unicamp, e conseqüentemente, de Campinas. Transferiu-se para o IA onde atuou e liderou o movimento de politização da unidade. Aposentou-se em 2015.

ELAINE SIQUEIRA - É assistente social, servidora pública, feminista, cantora, musicista, e integra projetos musicais em Campinas e região. Vai fazer dupla com Vivien nessa noite mais que especial para as mulheres, para as trabalhadoras da Unicamp e para o STU!

MARLI ARMELIN - É coordenadora geral do STU. Entrou na Unicamp em 2004 e logo conheceu o sindicato. Começou a militar sem se envolver em coletivo, mas procurando entender como acontecia as políticas dentro da Universidade e a postura e as ações daqueles que lidavam com elas. É formada em pedagogia na FE da Unicamp e participou do curso de inicialização musical, onde aprendeu UKULELE e a trabalhar com contos sonoros, o que enriqueceu o seu trabalho junto às crianças.

Após os shows o palco ainda será delas, e quem quiser cantar poderá se divertir com o Karaokê da BF Eventos que estará à disposição.

O talento, a beleza e a força das mulheres que fizeram e fazem



do STU um sindicato de referência no cenário político local, estadual e nacional, estará no Palco do Sind Hour nessa noite mais que especial para as mulheres, para as trabalhadoras da Unicamp e para o STU!

AVANÇO DA PAUTA FEMINISTA

Ações do governo federal destacam defesa das mulheres

No Dia Internacional da Mulher, 8 de março, Lula anunciou um pacote com 25 medidas para garantir os direitos das mulheres, que prevê igualdade de salário, combate à violência de gênero, distribuição gratuita de absorventes, retomada de obras de creches, política de incentivos às mulheres atletas e artistas, entre outras ações.

É bom destacar que essas medidas são frutos de uma longa construção política dos movimentos feministas progressistas que muito ajudaram na elaboração da plataforma política eleitoral do atual governo.

Para a ex-diretora do STU e ex-coordenadora da Fasubra, Adriana

Stella, "sem dúvida essas propostas são muito importantes na luta das mulheres, mas estão aquém das nossas necessidades. Sabemos que qualquer pequena concessão será garantida com muita resistência do empresariado que sempre busca manter o lucro acima da vida".

Ela defende que os movimentos sociais, sindicais e a sociedade organizada como um todo devem pressionar e fiscalizar o governo e o empresariado para o efetivo cumprimento dessas medidas. Além disso, "precisamos de uma campanha de conscientização nacional para que a sociedade entenda essas medidas, principalmente a

equiparação salarial, como uma reparação histórica para as mulheres que além de serem oprimidas, exploradas e silenciadas, são cobradas a desempenhar dupla e até tripla jornada diária", explica.

Essas medidas são possíveis de implementar e até ampliar porque não impactam significativamente os lucros do empresariado do país.

A diretoria do STU acredita que para efetivar essas conquistas precisamos derrotar o Congresso Nacional conservador, driblar as burocracias jurídicas – cobrando nas legislações trabalhista e previdenciária – e enfrentar a resistência do empresariado.

Os desafios das mulheres profissionais da Área da Saúde, no trabalho e na luta sindical

Os desafios do cotidiano das mulheres profissionais de enfermagem vão de condições de trabalho precárias a todo tipo de assédio.

Segundo o Coren-SP (Conselho Regional de Enfermagem), a enfermagem paulista é formada por quase 90% de mulheres, fortes e guerreiras. São maioria na enfermagem e fazem da profissão uma das classes mais representativas do país.

Em razão do aumento das pautas de lutas, notamos que de uns anos para cá houve também um aumento de representatividade de mulheres diretoras do STU na Área da Saúde.

Para homenagear todas as mulheres da Área da Saúde da Unicamp, pensamos em mostrar para vocês as diretoras que estão nessa luta à frente do sindicato.

Elisiane Nascimento Lobo, é técnica em enfermagem, tem 50 anos, é coordenadora geral do STU e está no segundo mandato. Atua na enfermagem há 26 anos e sempre trabalhou pelo SUS. Está no Conselho Municipal de Saúde representando os servidores da saúde pública. O seu grande desafio é fazer com que a categoria seja valorizada dentro e fora da Universidade. Ela luta pela valorização de cada profissional na sua individualidade e capacitação na área onde atua.

Maria Edith de Almeida, tem 65 anos, é auxiliar de enfermagem e trabalha na área de Reprodução Humana do CAISM. Além de ser diretoria do STU é conselheira titular do Coren-SP, representando os/as técnicos/as e auxiliares de enfermagem dentro do Coren. Também faz parte do Conselho Municipal de Saúde de Campinas. Edith luta por condições dignas no trabalho, contra o assédio moral, por políticas de valorização do trabalhador de

saúde, prevenção ao suicídio e cuidados com saúde mental, principalmente pelo aumento da carga de trabalho.

Gabriela Barros, é técnica de enfermagem no CAISM, possui 35 anos e já passou por outras gestões no sindicato. Gabriela também é Conselheira Universitária. Uma das suas bandeiras de luta é melhorar as condições de trabalho e fazer valer o respeito às trabalhadoras. Começou a militar na Unicamp com a missão de que ninguém tenha que passar pelo que ela já passou. Também acredita que a saúde do/a trabalhador/a é muito importante, e luta contra todo tipo de assédio e por respeito às vidas e trajetórias na Universidade.

O STU também tem em seu quadro de diretoria na área da saúde a Eva Lopes, Marli Gomes, e Lilian de Pádua.

Para a psicóloga Bianca Zupirolli, que também é diretora do STU, as mulheres começaram a ocupar mais os espaços sindicais por se apropriarem de seus direitos de estarem em todos os espaços, que por muito tempo foi tolhido pela estrutura social machista.

“Acredito que a estrutura machista sindical é o nosso maior desafio, no mundo do trabalho sindical, mas ainda vamos quebra-la”, complementa Bianca.

De acordo com a cientista política Marina Rebelo Tavares, no Brasil, e na América Latina, as mulheres sempre foram o carro chefe das lutas operárias e sindicais. “Acredito que o espaço institucional ganho pelas mulheres latino-americanas, e



Greve mobiliza trabalhadores/as da Saúde

brasileiras também, tem algumas razões do âmbito das conquistas e consciência política geral, mas também pela sobrecarga do papel social da mulher”. Segundo Marina, isso significa que, o destacamento das mulheres em certas esferas pode se relacionar com o aumento sobrepujante de mulheres chefes de família, o fato de serem a maioria no serviço público que permite estabilidade, o aumento do índice de desemprego juvenil, o aumento da violência contra jovens periféricos e negros, e outras pautas que acabam por empurrar as mulheres à uma luta cuja alternativa é a absoluta dor.

Ser mulher sempre foi um grande desafio, e no meio da enfermagem ainda enfrenta-se muitas outras lutas que o STU tenta combater.

Sendo assim é importante reforçarmos o nosso compromisso com as nossas pautas por mais respeito para todas as profissionais da saúde, da luta, dos espaços democráticos de representação, da Universidade como um todo.

APOSENTADAS NA LUTA

Aposentadas do STU foram a Olímpia para Encontro Nacional da Mulher

Em comemoração ao mês das mulheres, Sandra Ramos, Cristina Rodrigues, Isaura Modesto e Maria das Graças Gonçalves, do Departamento de Aposentado/as do STU, participaram do II Encontro Nacional da Mulher da COBAP (Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas), realizado no Themas de Olímpia Resort, em São Paulo.

De 7 a 10/03 aconteceram debates com construções políticas que viabilizarão uma maior participação das mulheres no movimento nacional de aposentados, pensionistas e idosos, com o objetivo de garantir a representatividade na luta pelos seus direitos.

“Foi uma experiência maravilhosa que enquanto eu viver eu não vou esquecer. Acho que deveria acontecer inclusive dentro do campus da Unicamp, para trazer os/as aposentados/as que estão dentro de casa para a universidade”, diz Isaura Modesto.

A aposentada Maria das Graças Gonçalves achou o evento muito bom e o que mais lhe chamou atenção foi a forma que militamos atualmente. “É tudo no papel, quando a gente elege um candidato, a gente elege na esperança dele fazer alguma coisa, e se não formos para rua, não sai nada”.



Divulgação

Para a coordenadora da pasta de aposentados do STU, Sandra Ramos, estar no II Encontro de Mulheres da COBAP foi muito bom porque elas aprenderam muitas coisas novas. “Eu já participei de outros, mas esse foi diferente. No primeiro, que estávamos no governo Bolsonaro não podíamos falar muito. Agora nesse a gente pode dar nossa opinião, e criamos um documento com reivindicações de melhorias”, completa Sandra.

Estarmos presentes em eventos que reúnam mulheres e que tenham como objetivo discutir políticas para nos fortalecermos é essencial para a nossa luta. De acordo com as participantes vai ficar na história o conhecimento e os planos de lutas compartilhados pelas mulheres que estiveram presentes.

Carreira das professoras da DEdIC ainda é um desafio a ser vencido na Unicamp

Não há dúvidas de que a implantação das creches é uma grande vitória das trabalhadoras da Unicamp, fruto de uma dura e longa mobilização.

Somado a isso, houve uma luta árdua das professoras pela garantia do credenciamento das creches na Secretaria de Educação do Estado de São Paulo, uma vez que a educação infantil deixou de ser assistencialista e passou a fazer parte da educação básica.

Mais tarde, conquistaram o direito de dispor de 1/3 (um terço) da jornada de trabalho para atividades extraclasse, formação continuada e planejamento das atividades pedagógicas no local de trabalho, bem como 10 dias úteis de recesso escolar em julho e férias coletivas em janeiro.

Mas a luta não parou por aí, não!

Luta histórica por reconhecimento

Atendendo ao programa de formação continuada da DEdIC (Divisão de Educação Infantil e Complementar), a grande maioria das professoras atualmente é graduada em Pedagogia e possui especializações, mestrado ou doutorado.

Tudo isso fez com que as professoras inciassem uma luta pelo reconhecimento da sua carreira dentro da Universidade. E essa reivindicação segue presente na Pauta Específica a cada data-base.

A coordenadora geral do STU e professora da creche, Marli Armelin, explicou que “as professoras da DEdIC querem ser reconhecidas como docentes/professoras da Educação Básica porque na carreira PAEPE eles são denominadas como profissionais da Educação Básica, o que é diferente”.

Marli integra o Grupo de Trabalho de Plano de Carreira, Formação e Desenvolvimento Docente da DEdIC, desde 2021, com objetivo de garantir uma carreira mais adequada às/aos professoras/es.

Ela destaca que mesmo com a setorização do trabalho dividindo as professoras em vários prédios e dificultando a organização, mobilização e liberação do trabalho, somada à garra das professoras que vão à luta, todas as conquistas foram obtidas através de mobilizações e greves com apoio do sindicato.

A diretora do STU, Jessica Del Carmen, aposentada com mais de 30 anos dedicados à creche, aponta que o maior desafio das professoras é garantir uma carreira justa e que considere a especificidade das demandas desempenhadas pelas professoras.

Para ela, “demos importantes passos desde o credenciamento da creche passando pela formação das professoras.

Desta forma, é importante o STU seguir regulamentação e dando voz às pautas das professoras”.

MOVIMENTO NACIONAL

Encontro de Mulheres da Fasubra teve participação ativa das delegadas do STU



Juliana Cordeiro

Bianca, Eva, Marli e João Daniel participam do encontro de mulheres da Fasubra

O encontro de Mulheres da Fasubra Sindical, que aconteceu no dia 09/03 em Brasília na UNB, contou com a presença de três delegadas do STU: Marli Armelin, Eva Lopes e Bianca Zupirulli, que foram representando a nossa categoria para participarem dos debates relevantes selecionados pela federação.

O tema “a organização de mulheres nas entidades de base” foi a abertura do evento, e a Coordenadora Geral do STU, Marli Armelin participou de uma mesa informando o quanto a nossa representatividade de mulheres diretoras aumentou no STU e como está a nossa organização na Unicamp.

Na parte da tarde aconteceu o debate sobre Organização Social do Cuidado e a Convenção 190 OIT conduzido pela palestrante Tatau Godinho, que é doutora em Ciências Sociais e foi secretária de Política das Mulheres, durante o governo Dilma Rousseff.

A diretora Eva Lopes, da Área da Saúde da mulher na Unicamp, participou de uma mesa e convidou as mulheres do evento para refletirem como estão emocionalmente. Falou também que é importante nos empoderarmos e não deixarmos que os gestores façam qualquer tipo de assédio. “Não podemos mais aceitar esse tipo de conduta, estamos adoecendo”, disse Eva com relação ao alto índice de suicídio na área da saúde.

Para a diretora Bianca Zupirulli, o

encontro traduziu em sensações a frase que o embasou: “mulheres são como água, quando se encontram crescem”. Ela também disse ter percebido que não importa o Estado ou a Universidade onde nos encontramos, todas nós experimentamos diariamente as mesmas opressões e passamos pelo mesmo sofrimento.

“Acredito que a presença dos homens neste encontro proporcionou um momento de reflexão e debate bem produtivo, afinal só podemos combater o machismo mudando a base e o olhar de quem mais o reproduz”, finalizou Bianca.

Por fim, “foi importante ouvirmos os vários relatos que trouxeram reflexões como: o ponto eletrônico como uma forma de assédio contra a mulher trabalhadora, principalmente aquela que tem filhos, devemos ter um outro olhar para as mães de PCDs que são pouco vistas na Universidade e possuem poucas políticas públicas que as ampare, como também a questão do machismo que não é exclusivo dos homens. Estas são algumas das reflexões que nos trazem elementos importantes para ampliar nossas discussões dentro da Universidade”, avalia Marli.

Para o STU participar destes espaços de debates é uma forma de incentivar a luta das mulheres, além de obter conhecimentos e experiências compartilhadas por elas nas universidades de todo o Brasil.

Pauta da mulher avança à medida que o movimento feminista cresce e se fortalece

Nos últimos quatro anos as políticas públicas para as mulheres sofreram um enorme retrocesso decorrente da política machista, patriarcal e conservadora bolsonarista que pregava que elas deveriam receber tratamento desigual, especialmente no mercado de trabalho, por serem fracas e engravidarem.

O resultado desse pensamento misógino ficou evidente na pesquisa Datafolha intitulada "Visível e Invisível: a Vitimização de Mulheres", do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, a qual revelou que 28,9% das brasileiras sofreram algum tipo de violência de gênero em 2022, o maior índice da série histórica, ou seja, 4,5% acima do resultado da pesquisa anterior.

Como era de se esperar, em 2022, quando a verba para as políticas de combate à violência contra a mulher foi a mais baixa, os índices de feminicídios bateram recorde.

Pesquisas apontam que o momento de maior risco de assassinato da mulher vítima de violência doméstica pelo parceiro é o do rompimento da relação.

Por isso, foi extremamente significativo vencer o bolsonarismo nas urnas e seguir com a mobilização para celebrar as duras conquistas garantidas já nos primeiros 60 dias de governo Lula.

Uma delas foi a revogação de uma série de normas que facilitam e ampliam o acesso às armas de fogo e munição.

Pauta da saúde feminina avança

Outra conquista fundamental foi a Lei da Laqueadura, que reduziu para 21 anos a idade mínima de homens e mulheres para a esterilização voluntária e acabou com a exigência do consentimento do companheiro para a realização da laqueadura.

Tem também a revogação de portaria instituída pelo governo anterior que obrigava profissionais da saúde a comunicarem à polícia os casos de aborto. Lembrando que o aborto é autorizado em três casos no Brasil: estupro, risco à vida da mulher e anencefalia do feto.

Nessa mesma linha, de forma assertiva, o governo Lula retirou o Brasil da Declaração de Consenso de Genebra sobre Saúde da Mulher e o Fortalecimento da Família, um pacto internacional de países conservadores antiaborto que estabelecia conceito de "família" formado apenas por casais heterossexuais.

Em entrevista à imprensa sobre políticas para a saúde da mulher, a ministra da Mulher, Cida Gonçalves, defendeu que "precisamos lutar para as mulheres não morrerem. E vivas, para serem empoderadas, terem salário, dignidade, condições e autonomia. Autonomia econômica, financeira, de decidir sobre sua vida, seu corpo, suas condições. Para a gente pensar as mulheres como cidadãs e sujeitas de direito".

Bolsa Família diminui risco de morte materno-infantil

A retomada do Bolsa Família com aumento do benefício concedido é mais uma vitória do movimento considerando que as novas regras de distribuição dos pagamentos serão centralizadas nas mulheres chefes de família.

É importante destacar que o Bolsa Família é mais que uma política de

combate à pobreza por meio da distribuição de renda.

Uma pesquisa da Fiocruz mostra que o programa social desempenhou importante papel na saúde feminina reduzindo o risco de morte materna. E quanto maior o tempo de recebimento do programa, maior a proteção da mulher até o dia do parto.

Isso significa que o programa auxilia na construção de uma condição de vida melhor para as mulheres e aumenta suas chances de sobrevivência.

A mortalidade infantil e a morte materna são indicadores de fatores socioeconômicos e, apesar de nas últimas décadas avançarmos no combate à mortalidade infantil, a mortalidade materna atingiu índices alarmantes na gestão bolsonarista, superando as taxas estabelecidas pelos órgãos de saúde internacionais.

DIVERSIDADE

Marco histórico para as mulheres indígenas

Passados mais de cinco séculos da colonização do Brasil, pela primeira vez na nossa história os povos indígenas terão o poder de decidir sobre as suas próprias demandas.

Em janeiro, Lula criou o Ministério dos Povos Indígenas comandado pela ativista e Deputada Federal, Sônia Guajajara.

Pela primeira vez também o alto escalão da Funai (Fundação Nacional dos Povos Indígenas) é composto exclusivamente por mulheres.

Em 55 anos, a advogada Joenia Wapichana, será a primeira mulher indígena a presidir a Funai. Além dela, a socióloga indígena Lucia Alberta Andrade, assume como diretora de Promoção ao Desenvolvimento Sustentável da Funai e a antropóloga indígena, Mislene Mendes, foi nomeada diretora de Administração e Gestão da Funai

O protagonismo das mulheres indígenas têm fortalecido a luta por respeito e ampliação dos direitos indígenas e mostrado o quanto é essencial que as mulheres invisibilizadas e silenciadas ocupem o poder.

Para a cientista política e coordenadora de Formação Política e Sindical do STU,



Sônia Guajajara (à direita) e Joenia Wapichana vão tocar a Índigena

Marina Rebelo, é preciso compreender que a luta pela igualdade de gênero não é uma pauta de mulheres, é uma condição necessária para a melhoria da qualidade de vida de toda a classe trabalhadora. "A falta desta compreensão acaba por abrir nas fileiras das mulheres o espaço para o feminismo burguês, que com menos sobrecarga, conseguem se colocar como representantes de todas as mulheres, restringindo as pautas que interessam ao conjunto da diversidade das mulheres", defende a diretora.

Todas as vitórias, ainda que tímidas, são portas que nos fortalecem para que a gente siga lutando para construir políticas públicas mais justas e inclusivas.